



A FAVOR E CONTRA: UMA GENEALOGIA DA DECISÃO POLÍTICA SOBRE A ENTRADA DE PORTUGAL NO PISA (1995-2001)



Teresa Teixeira Lopo

CeiED – Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

teresa.lopo@ulusofona.pt

Uma história de sucesso? Portugal e o PISA (2000-2015)

Projeto de investigação financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CED-EDG/30084/2017)



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



XI Congresso Português de Sociologia: Identidades ao rubro: diferenças, pertencças e populismos num mundo efervescente
29 de março de 2021

Sumário



- Reconstituir, através da análise compreensiva de documentos de política educativa, e de entrevistas a atores políticos relevantes, a genealogia da decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA (*Programme for International Student Assessment*);
- Identificar e discutir as assunções políticas subjacentes à participação de Portugal no PISA.

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA: pistas de investigação exploradas



Quadro teórico

1. Emergência, mobilização e disseminação das avaliações internacionais de larga escala (Verger, 2016; Verger et al., 2018);
2. Tipologia heurística dos fundamentos da participação dos países nessas avaliações (Addey & Sellar, 2017, 2019);
3. Híbridismo da política educativa em Portugal (Teodoro & Aníbal, 2007).

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA: pistas de investigação exploradas



Documentos de política educativa

1. Textos legais (e.g., decretos-lei, decretos regulamentares, portarias);
2. Programa do XIII Governo Constitucional, discursos de apresentação e debates parlamentares realizados com os partidos políticos em seu torno;
3. Outros debates no quadro das interpelações ao XIII Governo Constitucional.

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA : pistas de investigação exploradas



Fatores de contexto

1. Avaliação externa: exames (reintroduzidos em 1993);
2. Criação do GAVE (1997).

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA: pistas de investigação exploradas



Entrevistas a atores políticos relevantes

Processo que conduziu à participação portuguesa:

1. Glória Ramalho (Diretora do GAVE) e Ana Benavente (Secretária de Estado da Educação e Inovação, XIII Governo Constitucional);
2. Eduardo Marçal Grilo (recuperada de Carvalho et al., 2017).

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA : resultados



Entrevistas

“Initially there was [in the Ministry] on the part of some sectors a reaction, I would say, negative regarding PISA. (. . .) I do not say that there were large sectors who were against an international comparison, what I think is that maybe there was the idea of: “First, let’s try to create conditions and solve some problems that are apparently easy to solve, and then we move forward” (entrevista realizada ao ministro da Educação Eduardo Marçal Grilo, envolvido no primeiro ciclo do PISA e recuperada por Carvalho, Costa e Gonçalves, 2017, p.156).

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA : resultados



Entrevistas

“(...) foi um processo lento e havia mais países contra. Mas, depois, na hora da decisão, são os primeiros ministros dos governos que decidem. Eu vim de lá tendo votado contra e, quando cheguei aqui, estava ali um escândalo armado no Ministério da Educação, a dizer: “não pode, não pode, não pode” (...) “não podemos ficar de fora” (...). E, depois, claro, a situação era insustentável, nem eu a podia defendê-lo, porque fui a única a votar contra” (A. Benavente, entrevista pessoal)

A decisão de participar no PISA terá sido, uma “aposta empurrada pela OCDE” (G. Ramalho, entrevista pessoal)

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA : resultados



Discursos dos decisores políticos

1. Garantir uma educação para todos, aumentar a qualidade e a justiça (equidade), a responsabilização dos serviços públicos de educação e a participação ativa da sociedade;
2. Articulação da educação ao desenvolvimento; articulação estreita entre a educação, a qualificação e o emprego
3. Benefícios da política educativa a prosseguir: elevar a equidade, a qualidade (que não se podia medir “apenas com indicadores locais, mas com indicadores internacionais onde somos comparados com os outros”) e a eficácia no processo educativo.

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA: resultados



Ação governativa

1. Importância da utilização pela OCDE de uma autoridade informal baseada na pressão entre pares e no encorajamento à participação (e.g. Liesner, 2012; Lingard & Rawollw, 2011; Woodward, 2009);
2. Urgência atribuída à decisão (Meyer, 2014);
3. Não participação pode não ser uma opção real; sinal de que o país não está suficientemente comprometido com a melhoria da educação (Addey et al., 2017)

Decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA : resultados



Emulação normativa

O governo apresenta-se perante a comunidade internacional como moderno, prosseguindo o desenvolvimento do país, e responsável, valorizando a qualidade, e a importância de:

1. Externalizar perante os seus pares da OCDE, a prioridade atribuída à educação;
2. Medir a qualidade do ensino, de que a avaliação externa do desempenho dos alunos constituía um indicador já assumido na agenda nacional de política educativa.

Bibliografia



- Addey, C., & Sellar, S. (2017). Why do countries participate in PISA? Understanding the role of international large-scale-assessments in global educational policy. In A. Verger, M. Novelli, & H. K. Altinyelken (Eds.), *Global education policy and international development: New agendas, issues and policies* (97-118). Bloomsbury.
- Addey, C., & Sellar, S. (2019). Is it worth it? rationales for (non)participation in international large-scale learning assessments. <https://en.unesco.org/node/268820>

Bibliografia



- Addey, C., Sellar, S., Steiner-Khamsi, G., Lingard, B., & Antoni Verger, A. (2017). The rise of international large-scale assessments and rationales for participation. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 47(3), 1-19. doi: [10.1080/03057925.2017.1301399](https://doi.org/10.1080/03057925.2017.1301399)
- Carvalho, L. M., Costa, E., & Gonçalves, C. (2017). Fifteen years looking at the mirror: On the presence of PISA in education policy processes (Portugal, 2000-2016). *European Journal of Education* 52(2), 1-13.

Bibliografia



- Liesner, A. (2012). Peer pressure: Comments on the European educational reform. *Policy Futures in Education*, 10(3), 297–30.
- Lopo, T. T. (2020). The political decision on Portugal’s entry into PISA: A research note. *Policy Futures in Education*.
<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1478210320971537>
- Lingard, B. & Rawolle, S. (2011) New scalar politics: Implications for education policy. *Comparative Education*, 47(4), 489–502.
- Meyer, H-D. (2014). Imagining PISA’s policy futures: A postscript and some extensions to the open letter to Andreas Schleicher. *Policy Futures in Education*, 12(7), 883–892.

Bibliografia

- Teodoro, A., Aníbal, G. (2007). A educação em tempos de globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 10, 13-26.
- Verger, A. (2016) The global diffusion of education privatization: Unpacking and theorizing policy adoption. In K. Mundy, A. Green, B. Lingard, & A. Verger (Eds.), *The handbook of global education policy* (pp.64-80). Wiley.
- Verger, A., Parcerisa, L., & Fontdevilla, C. (2018). The growth and spread of large-scale assessments and test-based accountabilities: A political sociology of global education reforms. *Educational Review*, 71(1): 1-26. doi:10.1080/00131911.2019.1522045

Bibliografia



- Woodward, R. (2009). *The Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD). Taylor & Francis.

Repositório, bases de dados e ligações: <http://pisa.ceied.ulusofona.pt/en/>

